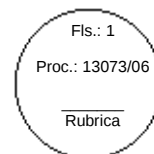




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
GABINETE



PROCESSO Nº 13073/06

JURISDICIONADA: Secretaria de Saúde do Distrito Federal

ASSUNTO: SISCOEX

EMENTA: Audiência. Pedido de prorrogação de prazo. Pela concessão.

Senhor Presidente,

Tratam os autos do Relatório do Sistema de Controle Externo – SISCOEX, referente à Secretaria e Saúde do DF, do exercício de 2003.

2. Pela Decisão 5857/2006 (fl. 134), o Tribunal decidiu:

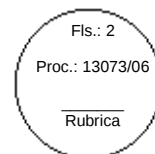
“ I. tomar conhecimento do resultado da inspeção realizada na Secretaria de Saúde, relativa ao exercício de 2003; II. determinar, com fundamento no art. 43, II, da Lei Complementar nº 01/94, a audiência: a) do Sr. Secretário de Saúde, à época, Sr. Aloísio Toscano França, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente suas razões de justificativa, ante a possibilidade de aplicação de multa, pela omissão no dever de agir, evidenciada pela não renovação dos contratos listados na Tabela I, fls. 98, que a Secretaria mantinha com diversos hospitais/clínicas privadas para a prestação de serviços de interesse público, fato que levou à prestação de referidos serviços sem contrato, à vista da necessidade desses, contrariando a Constituição Federal e a Lei 8.080/90; b) do Secretário de Saúde, à época dos fatos, Sr. Arnaldo Bernardino Alves e do Subsecretário de Apoio Operacional, Sr. Aldery Silveira Júnior, para que apresentem, em 30 (trinta) dias, suas razões de justificativas, ante a possibilidade de aplicação de multa, pela execução de despesa sem prévio empenho, conforme Tabela I, fls. 98, contrariando a Lei 4.320/63, c/c o Decreto 16.098/94; c) do Subsecretário de Apoio Operacional, Sr. Aldery Silveira Júnior, para que apresente, em 30 (trinta) dias, suas Razões de Justificativas, ante a possibilidade de aplicação de multa, pelo pagamento de despesas sem levar em conta a ordem da liquidação, caracterizando preterição na ordem de pagamento preconizada no art. 5º da Lei nº 8.666/93; d) do Sr. José Carlos Quináglia e Silva, que atestou os serviços prestados pelo Instituto do Coração de Taguatinga - INCOR, para apresentar, também em 30 (trinta) dias, suas Razões de Justificativas quanto aos pagamentos referidos no § 23 da instrução, ante a possibilidade de aplicação de multa; III. determinar o retorno dos autos à 2ª ICE.”

3. Atendendo à determinação acima, foram expedidos ofícios de audiência aos Srs. Aluisio Toscano Franca, Arnaldo Bernardino Alves, Aldery Silveira Júnior e José Carlos Quináglia para apresentarem razões de justificativa pelos fatos apontados nos autos. Considerando a data na qual efetivou-se a entrega da última audiência – 11/12/2006, o prazo para apresentação de justificativas encerrar-se-á em 10/01/2007.

4. Por meio do expediente de fls. 143, o Senhor Aluisio Toscano Franca solicita prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias para apresentação de justificativa, alegando “*complexidade do processo.*”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
GABINETE



5. O pedido é tempestivo, foi apresentado por parte legítima e está devidamente fundamentado, razão pela qual poderá ser deferido, estendendo-se o prazo aos demais interessados.

Diante do exposto, sugerimos que, ao se tomar conhecimento do documento de fls. 143, seja concedida ao Senhor Aluisio Toscano Franca prorrogação de prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 10/01/2007, para apresentação de justificativa a que se refere a Decisão nº 5857/06, estendendo tal prazo aos Srs. Arnaldo Bernardino Alves, Aldery Silveira Júnior e José Carlos Quináglia.

À elevada consideração de Vossa Excelência.
Em 21/12/2006.

AGNALDO MOREIRA MARQUES
Inspetor